

ARTIGO

UMA ANÁLISE DA DOCTRINA BUSH
NO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO ONZE DE SETEMBRO

Resumo

Os atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 indicaram a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Com base na Estratégia de Segurança Nacional de 2002, os Estados Unidos implementaram mudanças em sua política de segurança, cujas implicações são sentida até hoje, passados dez anos. O objetivo deste artigo é identificar e avaliar as principais mudanças provocadas pela Doutrina Bush e suas implicações para a política externa norte-americana.

Palavras-chave

Estados Unidos; Política de Segurança; Doutrina Bush.

Abstract

The terrorist attacks of 9/11 pointed out to the urgent necessity of a new grand strategy for the America. Based on the 2002 National Security Strategy, the United States have implemented deep policy changes in national security. The political implications of said change in policy are felt to this day, ten years later. The purpose of this article is to pinpoint the main changes introduced by the Bush Doctrine as well as to evaluate its political implications for U.S. foreign policy.

Keywords

United States; National Security Policy; Bush Doctrine.

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ao romper o século XXI, o sistema Pós-Guerra Fria, de configuração singular e híbrida, exigia dos Estados Unidos uma urgente reflexão sobre suas prioridades estratégicas globais. Os atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 apenas confirmaram a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Dias após os atentados, o presidente W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido: o país estava diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos, e quem não estivesse a favor estaria contra os Estados Unidos. Já no ano seguinte, esse discurso surgiu mais acabado como a nova estratégia da política externa norte-americana.

A proposta foi levada ao Congresso na forma de *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (NSS-2002). Os Estados Unidos substituíam a postura defensiva e reativa da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso. A NSS-2002 não foi, porém, uma reação improvisada. Suas origens remontam aos anos 1990, durante a presidência do democrata Bill Clinton.

O objetivo deste artigo é, portanto, identificar suas origens ideológicas e mostrar que a estratégia antecedeu os eventos de 2001/2002. Para tanto, na primeira parte, identificaremos as principais transformações do sistema internacional com o fim da Guerra Fria, e como os Estados Unidos iniciaram uma reflexão sobre seu papel naquele cenário. A política que prevê a figura da “guerra de prevenção” se alimenta do mesmo pensamento que embasou a estratégia da primazia. No entanto, ao contrário daquela à época da Guerra Fria, a primazia encontra, após os atentados de 2001, ambiente político mais receptivo à sua implementação.

Devido à centralidade que a “Nova Estratégia de Segurança Nacional” (NSS-2002), também conhecida como Doutrina Bush, assumiu na reorientação da agenda internacional, sobretudo devido à política de segurança norte-americana promovida sob o manto da “Guerra ao Terror”, faz-se necessário compreender não só o que a estratégia de 2002 trouxe de novo às relações internacionais, mas também, compreender a reorientação estratégica promovida pelos Estados Unidos nesses últimos dez anos.

O fim da Guerra Fria introduziu uma mudança sistêmica que não levou ao restabelecimento da situação anterior. Que mundo era aquele? A indagação é relevante, pois uma característica que permeou a consolidação das Relações Internacionais como nova área de conhecimento foi a disciplina ter se desenvolvido tendo a lógica da Guerra Fria como principal referencial. À “elegante simplicidade”¹ do conflito

1 Schlesinger (1991) mostra como as escolhas eram simples na Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, alinhamento a Leste, ou não alinhamento.

bipolar seguiu-se um cenário de desorganização internacional onde os tradicionais referenciais teóricos eram inadequados. Para Albuquerque (1992), o desaparecimento da confrontação direta entre Estados Unidos e União Soviética teria provocado o fim do automatismo no tratamento de todo tipo de conflito. A definição de segurança deixou de ser o risco de uma confrontação entre as superpotências para ganhar significado mais autônomo, sem ideologias definidas.

Ademais, a inexistência de um mecanismo de regulação automática teria deixado como legado aos Estados Unidos, uma situação desafiadora. De um lado, se antes o alinhamento automático de seus aliados tradicionais era certo, agora eles passam a ser obrigados a adotar um sistema de negociação *ad hoc* para cada conflito. Por outro lado, com o esvaziamento do conteúdo ideológico dos alinhamentos, questões de legalidade e legitimidade se tornaram decisivas nas negociações diplomáticas.

Nas interpretações da ordem pós-1989/91, os conflitos regionais e locais continuaram a existir e a se multiplicar. Albuquerque (1992) entende que a intensificação de conflitos teria propagado a ideia de “desordem mundial”, forçando os Estados Unidos a rever seus interesses estratégicos e a buscar uma nova estratégia de ação. Se o fim da Guerra Fria significou a perda da principal bússola da política externa norte-americana, agora era o momento de iniciar a busca de uma nova estratégia.

Como em 1945, os Estados Unidos se deparavam com a necessidade de articular um novo projeto de hegemonia global. No entanto, pouco valia os arcabouços teóricos do conflito anterior. Como lembrou Nye (1990), para um novo tempo eram necessárias novas escolhas estratégicas, e os Estados Unidos precisavam estar adequadamente equipados para enfrentar os desafios do novo contexto internacional.

Em termos gerais, “isolacionistas” e “internacionalistas” representam posições identificáveis dentro de debates históricos e contemporâneos sobre objetivos e estratégias da política externa norte-americana. Independentemente do grau de complexidade dos contextos históricos específicos, os defensores de ambas as posições têm percepções bastante definidas sobre sua própria identidade.

Apropriando-se de um discurso de referências aos mitos fundacionais da nação, os “isolacionistas” entendem que os Estados Unidos representam um modelo mundial por terem atingido perfeição no plano interno. Caberia ao país funcionar como um farol a iluminar o caminho a ser seguido pelos outros Estados, evitando se envolver diretamente com a “degeneração” da política internacional. Já os “internacionalistas” defendem participação mais engajada na arena internacional para promover o poder norte-americano no plano global, assegurando, também, a promoção de seus

interesses e valores. O centro do debate era determinar a melhor estratégia para o engajamento internacional: unilateralismo, ou multilateralismo.

Fato é que o fim da Guerra Fria privou os Estados Unidos de sua missão. A política externa norte-americana ganhava maior adesão doméstica quando atrelada a algum tipo de valor moral. O problema é que, em meados de 1989, não havia bárbaros prestes a invadir os portões da civilização. O início da década de 1990 foi especialmente produtivo, e algumas propostas estratégicas foram articuladas naquele período. Dessas, quatro merecerem atenção especial por terem promovido uma competição nos círculos políticos norte-americanos: neoisolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia.

Oferecendo uma interpretação mínima e restrita dos interesses nacionais norte-americanos (proteção da segurança, liberdade e propriedade), a estratégia neoisolacionista deveu sua impopularidade à limitação dos interesses nacionais e à aversão que o termo causa ao público em geral. A estratégia retoma uma antiga tradição norte-americana de não envolvimento no sistema internacional, sendo logo associada, no imaginário coletivo nacional, ao discurso de despedida de George Washington, em 1796.

Tendo como principal âncora analítica uma variação do realismo defensivo, o neoisolacionismo é alimentado por uma interpretação reducionista da realidade Pós-Guerra Fria. Com a derrota do inimigo tradicional, nenhuma outra potência teria condições de ameaçar os Estados Unidos.

A estratégia do engajamento seletivo (ART, 1991) não só obteve maior penetração política, como se transformou em doutrina oficial de Estado, sobretudo com o esforço de Anthony Lake, então assessor presidencial de Clinton. Tendo como objetivo assegurar a paz e a estabilidade entre potências com capacidades industriais e militares substanciais, é uma estratégia conservacionista do *status quo* que privilegia as grandes potências, uma vez que conflitos entre elas são muito mais perigosos para os Estados Unidos do que conflitos entre Estados mais fracos.

O engajamento seletivo não seria alimentado nem pelo realismo defensivo mínimo (neoisolacionismo), nem pelo realismo maximizador (estratégia da primazia). Sua fundamentação reside na própria noção de balança de poder, com prioridade à prudência. Caso o equilíbrio entre os pólos de poder demorasse a ocorrer, os Estados Unidos deveriam estar prontos a intervir nas relações entre as grandes potências com o objetivo de restabelecer o equilíbrio e assegurar a estabilidade.

No entanto, já que o equilíbrio de poder dependeria da boa convivência entre as grandes potências, o engajamento seletivo deveria priorizar Estados e/ou regiões

mais relevantes para a construção desse equilíbrio (VAN ERA, 1990). Assim, as regiões consideradas prioritárias para a política externa norte-americana eram as duas extremidades da Eurásia, o Oriente Médio e o Sudoeste Asiático.²

Seu maior problema, todavia, residia na ausência de elementos normativos e/ou idealistas. Seu caráter excessivamente pragmático destoava da tradição norte-americana de combinar pragmatismo com princípios morais. A proposta de engajamento seletivo ficava em desvantagem, se comparada com as cores nacionalistas e/ou patrióticas da estratégia da primazia, ou mesmo com o compromisso liberal da segurança cooperativa. Sua seletividade impunha aos Estados Unidos um comportamento por vezes letárgico e distanciado, interpretado como incompatível com seu peso político. Ao mesmo tempo, a seletividade abalava o prestígio do país. Percepções de abandono (no Terceiro Mundo) e de dominação (na Eurásia) alimentavam a impressão de uma política externa esquizofrênica.

Finalmente, sua seletividade era falsa, pois quase nenhuma região escapava ao projeto de hegemonia global dos Estados Unidos. Ao definir como prioritárias regiões inteiras como a Eurásia, Oriente Médio, Sudoeste Asiático e Extremo Oriente, ela acaba englobando a maior parte do mundo. A seletividade seria ilusória, ao criar o paradoxo de se envolver em conflitos justamente para evitar conflitos.

Alimentada por uma matriz liberal, a estratégia de segurança cooperativa (KUPCHAN & KUPCHAN, 1991; STARES, 1992) se assentava na caracterização da paz como bem coletivo. Novas ameaças de natureza difusa e transnacional – proliferação de armas de destruição em massa, genocídio, deslocamentos causados por guerras civis etc. – teriam alimentado a noção de certa interdependência em termos de segurança.

Coerente com a tradição liberal, a estratégia destacava o papel das instituições internacionais na coordenação da segurança coletiva. A novidade da estratégia é combinar promoção da democracia com engajamento de instituições internacionais como forma de sanar os tradicionais problemas da ação coletiva. Sua agenda de ação se articula em torno de quatro itens: proliferação de armas de destruição em massa definida como principal ameaça, posicionamento dos “Estados párias” como inimi-

2 O Terceiro Mundo estaria fora das prioridades estratégicas norte-americanas. México, Brasil, África do Sul, Argélia, Egito, Turquia, Índia, Paquistão e Indonésia foram classificados como Estados pivôs pelo impacto futuro em suas respectivas regiões.

gos, centralidade atribuída aos conflitos regionais interestatais e aos intraestatais, e posicionamento favorável a intervenções humanitárias.

A última proposta daquele período foi a estratégia da primazia. Ao contrário das demais, foi a única a usufruir de *status* de doutrina oficial, pois foi apresentada em documento assinado pelo então secretário da Defesa, Dick Cheney. Suas raízes ideológicas residem no debate sobre o chamado “momento unipolar” (HAAS, 1999; HUNTINGTON, 1993; KRAUTHAMMER, 1991), que destacava as características singulares do cenário internacional.

Desde essa época, neoconservadores ligados ao Departamento de Defesa e a think tanks de direita³ cresceram em influência e prestígio. Defendendo o retorno aos “valores tradicionais americanos”, eles condenavam o comportamento dos Estados Unidos na política internacional: um Estado rico e poderoso que, nas últimas décadas, agia como se fosse pobre e fraco⁴. Para eles, com a desintegração da União Soviética, os Estados Unidos deveriam agir como “o hegemom global dos hegemonos regionais, o chefe de todos os chefes” (KURTH, 1996).

Apesar de críticas iniciais, os neoconservadores ganharam apoio de republicanos e de democratas, sobretudo devido à estratégia da primazia, cujo objetivo seria a consolidação e a manutenção do momento unipolar. O entendimento era que os demais Estados deveriam ser impedidos, por meio da força, se necessário, de tentar competir com o poderio militar norte-americano. Além da manutenção da primazia, seria necessário minimizar os temores de dominação por meio da promoção de valores universais, como direitos humanos, democracia e livre comércio. O discurso que articulava a estratégia da primazia estabelecia que, por terem derrotado a União Soviética, os Estados Unidos teriam direito ao “espólio da guerra”: usufruir dos benefícios gerados pela nova ordem unipolar.

Quanto às relações entre as grandes potências, a primazia deixava claro que a emergência de um rival deveria ser percebida não apenas como uma ameaça aos Estados Unidos, mas à própria ordem mundial. Por isso, quaisquer aspirações hegemônicas, de potências regionais ou globais, deveriam ser rechaçadas. Todavia, o que chama a atenção nessa estratégia é a ideia que se apresenta como corolário necessário à manutenção da primazia: o da “guerra preventiva”. Apresentada inicialmente

3 *Rand Corporation, Hoover Institution, American Enterprise Institute e Center for Strategic and International Studies*. Ver Hassner e Vaïsse (2000, p. 38-39).

4 Segundo Muravchick (1996, p. 36), “Podemos nos dar ao luxo de promover qualquer política externa de que precisamos ou queremos. Somos o país mais rico do mundo, o mais rico já visto na História. Hoje, somos mais ricos do que antes. Controlamos não menos, mas mais recursos”.

em um documento secreto do Pentágono, ela se prestaria, sobretudo, a reafirmar a primazia dos Estados Unidos.

Às portas do século XXI, o balanço da política externa norte-americana chegou a uma decepcionante conclusão: não houve uma macroestratégia capaz de substituir a política da contenção. Washington oscilava entre quatro diferentes estratégias, travando intensos debates sobre o tipo de política externa a ser promovida. O diagnóstico de Khalilzad (1995, p. *vii*) confirma a carência de uma macroestratégia e um forte empirismo na formulação de política externa daquela década: “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos estavam relativamente certos de seus objetivos. Hoje isso não ocorre (...). Na verdade, eles operam sem uma grande estratégia desde o fim da Guerra Fria.”

A partir dos atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 foi confirmada a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Dias após os atentados, o presidente W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido: o país estava diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos. O novo norteamento da política externa americana incluía a prerrogativa de que quem não estivesse a favor estaria contra os Estados Unidos.

A proposta foi levada ao Congresso na forma de *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (BUSH, 2002). Os Estados Unidos substituíam a postura defensiva e reativa da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso. Assim a NSS-2002 retoma o projeto de reafirmação hegemônica com vistas à manutenção e consolidação da primazia dos Estados Unidos. O documento enviado ao Congresso em 2002 reproduz a mesma lógica de ação e apresenta propostas quase idênticas àquelas presentes no documento vazado à imprensa em 1992 e oficializado pelo Departamento de Defesa em janeiro de 1993.

Se, na época, houve uma reação negativa à estratégia da primazia - que acabou esvaziada pela derrota de Bush para Clinton, a vitória W. Bush possibilitou a recondução das mesmas pessoas que articularam a proposta inicial.⁵ Dez anos depois, a estratégia da primazia foi rerepresentada com novo nome e promovida ao status de doutrina de Estado. Desta vez, no entanto, ela encontrou um ambiente mais receptivo a sua legitimação, seja devido à atmosfera de medo, paranóia e patriotismo, seja

5 Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld, Irving Kristol e Colin Powell passaram ocupar posições centrais na Administração W. Bush, formando, junto com outros “falcões” como Condoleezza Rice, o chamado “núcleo duro” da presidência. As decisões de política externa passaram a ser centralizadas no Departamento de Defesa e no Conselho de Segurança Nacional, marginalizando Powell e o Departamento de Estado.

pelo momento político que permitiu a implementação de medidas e instrumentos necessários a sua execução.

Com base na análise de seu conteúdo, Zelikow (2003) identificou, com bastante propriedade, cinco princípios norteadores que fundamentam o projeto político norte-americano: (1) a redefinição da geografia da segurança nacional; (2) o estabelecimento de uma relação entre poder e princípios; (3) a reavaliação das necessidades da segurança interna e da internacional; (4) a definição de um conceito norte-americano de multilateralismo e, finalmente, (5) a mudança de percepção temporal quanto às ameaças, que, por seu turno, fundamentaria a ação preventiva.

A primeira inovação da estratégia é reconhecimento da transnacionalidade na nova geografia da segurança nacional. Ao eleger o terrorismo como principal inimigo, a estratégia reconhece o caráter transnacional das novas ameaças. O problema surge quando a estratégia constrói a relação entre terrorismo e Estados párias: “Temos que estar preparados para conter os estados meliantes e seus clientes terroristas, antes que eles se tornem capazes de representar uma ameaça ou de efetivamente usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e contra nossos aliados e amigos”.

Nesse sentido, pensar em termos de Estados párias e de seus “clientes terroristas” implicaria, necessariamente, o retorno à antiga ideia de “terrorismo de Estado”: um Estado que empregaria métodos terroristas em sua expressão política. Apesar da retórica sobre a natureza transnacional e não estatal das novas ameaças, o paradigma tradicional permanece. A estratégia dá um giro de 360° e retorna à caracterização estatal das ameaças. Nesse sentido, argumenta Penã (2003, p. 5):

O terrorismo da Al-Qaeda não é patrocinado por um Estado; é terrorismo privado, independente de qualquer Estado-nação. Claro que a Al-Qaeda se beneficiará de um hospedeiro voluntário como o regime Talibã no Afeganistão. Entretanto, a ideologia e agenda da Al-Qaeda são de motivação interna, e não uma extensão política de um governo. (...) Se a Al-Qaeda não é cliente de um Estado pária, então o enfoque dado pela estratégia de segurança nacional aos Estados párias não combaterá a ameaça terrorista da Al-Qaeda. Ademais, não há evidências de que Estados párias com armas de destruição em massa (ou buscando adquiri-las) as forneceriam aos terroristas.

O segundo elemento inovador seria a centralidade dos valores morais na fundamentação e motivação da Doutrina de Prevenção. A formulação da política externa norte-americana sempre refletiu uma dicotomia entre realistas e idealistas. No entanto, o conceito de uma “balança de poder favorável à liberdade”, conforme expressão empregada no documento indicava que a Administração W. Bush enfatizava tanto poder quanto valores, afirmando-se capaz e disposta a diferenciar “bem” do “mal”,

“certo” do “errado”. Os valores morais reafirmados pela doutrina concentram-se na relação entre Estado e indivíduos, o que demonstra a tradição liberal-civilizatória da concepção idealista e universalista da estratégia em relação à promoção dos valores da liberdade.

Gilberto Dupas (2002, p.6) chama a atenção para a forma simples e genérica pela qual o documento define os campos opostos: liberdade e democracia *versus* terrorismo. Nesse sentido, a nova estratégia – que ele classificava como “colcha de retalhos” de decisões anteriores a Onze de Setembro, envolvendo considerações ideológicas, interesses contraditórios e voluntarismo moralizante – retoma a tradição norte-americana da retórica maniqueísta que divide o mundo entre “bons” e “maus”. Para Dupas, trata-se de um discurso de revisitação ao antigo “Império do Mal” de Reagan. Não teria sido surpresa, portanto, o recurso à expressão “Eixo do Mal” no pronunciamento do Estado da União no ano seguinte.

Na verdade, a crítica à centralidade dos valores morais na Doutrina de Prevenção não advém da relação estabelecida entre segurança e proteção a liberdades individuais; mas sim do caráter de verdadeira obrigação moral conferido à proteção e promoção de tais valores. Nesse sentido, entendemos que a retórica missionária – tão típica do discurso político norte-americano – ecoa fortemente nas páginas do documento. Com efeito, repetidas referências à suposta superioridade normativa do modelo e da tradição política norte-americana remetem diretamente ao mito do excepcionalismo e da “cidade da colina”⁶.

A terceira inovação da estratégia refere-se à reavaliação das necessidades da segurança interna e internacional, sobretudo em relação à transformação das forças armadas e das instituições domésticas de defesa e inteligência. Nesse aspecto, a influência da estratégia da primazia torna-se clara com a ênfase recorrente sobre o poderio militar norte-americano e a necessidade de expandi-lo continuamente.

Como quarta inovação, identificamos um conceito essencialmente norte-americano de multilateralismo, segundo o qual os Estados Unidos praticariam uma forma especial de diplomacia multilateral, porém mais justa e democrática porque relacionaria autoridade soberana, *accountability* e poder político, com boa dose de

6 A tese de uma “América excepcional e única” surge do entendimento de que os Estados Unidos reuniriam determinadas condições históricas, políticas e sociais que não puderam ser reproduzidas em nenhum outro lugar do mundo, o que teria atribuído àquela sociedade características e singularidades únicas. Sob essa ótica, o caráter excepcional dos Estados Unidos os distingue dos demais Estados, tornando-os, portanto, diferentes e não necessariamente submetidos às mesmas regras que os demais. Sobre a tese do excepcionalismo, ver Tocqueville (1987) e Lipset (1963, 1996). Sobre o impacto do mito do excepcionalismo na política externa norte-americana, ver McDougall (1997) e Mead (2001).

pragmatismo. Não se trata, como argumentam seus articuladores, de opor o unilateralismo americano ao multilateralismo europeu, e sim de reconhecer a possibilidade de uma forma *diferente* de conceber e operacionalizar ações multilaterais a fim de torná-las mais eficientes.

O quinto e último aspecto inovador da nova estratégia reside na redefinição da segurança nacional como uma função temporal, o que abriria a possibilidade do recurso à “ação preventiva”. Se, no passado, as ameaças demoravam a se manifestar, devido à lenta mobilização e deslocamento de exércitos, por exemplo, nos dias atuais, sustenta o documento, as ameaças seriam rápidas, sem aviso prévio. Além disso, devido a sua natureza não estatal, difusa e transnacional, elas não obedeceriam aos tradicionais paradigmas da agressão estatal. Dessa reavaliação surge, então, a fundamentação para agir de forma preventiva:

Há séculos o direito internacional reconhece que as nações não precisam sofrer um ataque, antes de poderem, de forma lícita, tomar medidas para se defenderem contra forças que representem o perigo de um ataque iminente. (...) Temos que adaptar o conceito de ameaça iminente às capacidades e aos objetivos dos adversários de hoje. (...) Os Estados Unidos há muito defendem a alternativa das ações preventivas no combate ao que possa se constituir numa ameaça suficiente à nossa segurança nacional. Quanto maior a ameaça, maior é o risco de inação – e mais fortes são os argumentos a favor de uma ação antecipada em defesa própria, mesmo que ainda haja incerteza quanto à hora e ao local do ataque inimigo. Para nos defendermos ou para evitarmos os atos hostis de nossos adversários, os Estados Unidos irão, se necessário, agir de forma preventiva. (...) O propósito das nossas ações será sempre o de eliminar uma ameaça específica aos Estados Unidos ou a nossos aliados e amigos. As razões para as nossas ações serão claras, a força empregada será comedida, e a causa será justa.

Aqui se faz necessário pensar o sentido e conotação da expressão “ação preventiva”, que não constitui, a nosso ver, uma caracterização adequada, uma vez que implicaria a existência de uma situação real e objetiva de ataque iminente.⁷ O que a nova estratégia endossa é “guerra preventiva”: o ataque a uma possível ameaça antes mesmo que ela torne-se real ou iminente. Tal lógica de antecipação constituiria a prescrição para um estado permanente de exceção e de guerra, uma vez que, de acordo com os termos estabelecidos no documento, a simples existência das condições de possibilidade de uma ameaça já daria razões para a ação.

A Doutrina de Prevenção defende posição diversa. Existiriam situações potencialmente ameaçadoras da paz e da segurança que, por sua mera existência, deveriam

⁷ Um exemplo clássico de ação preventiva em legítima defesa seria a ação militar empreendida por Israel contra Egito, Síria e Jordânia na Guerra de Seis Dias de 1967. Nesse sentido, ver Oren (2002).

ser enfrentadas militarmente de forma preventiva, mesmo se a critério e julgamento de um único Estado. O problema, portanto, reside em como os Estados Unidos demandam para si o direito de avaliar – de forma unilateral – se uma determinada situação justificaria, ou não, o emprego da força de forma preventiva.

Por meio da Doutrina de Prevenção, os Estados Unidos pecaram ao definir como princípio organizador de sua estratégia de segurança a luta contra o terror, reduzindo a si próprios à máxima primitiva de “matá-los antes que nos matem”. Nesse sentido, foi uma estratégia alimentada por ameaças e medos, despida de visão inspiradora ou unificadora que fosse capaz de aglutinar os demais Estados e, assim, construir uma nova ordem hegemônica e legítima. Ao usurpar espaços e canais tradicionais de negociação multilateral, os Estados Unidos deram aos demais Estados uma única saída: aceitar sua própria irrelevância e curvar-se perante seu poderio militar incomparável.

Recebido em janeiro; aprovado em março.

Referências Bibliográficas

ART, R. “A Defensible Defense: America’s Grand Strategy After the Cold War”, *International Security*, v. 15, nº 4, p. 5-53, 1991.

BUSH, G.W. *The National Security Strategy of the United States of America* (NSS-2002). Washington, 17 Set. 2002. The White House. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2002/index.html>. Acesso em: 23/04/2009. Versão em português: *Política Externa*, v. 11, n. 3, p.78-113, dez./jan./fev.; 2002.

DUPAS, G. (2002) Fundamentos, Contradições e Conseqüências Hegemônicas, *Política Externa*, v. 11, n. 3, p. 5-21, dez./jan./fev.

GUILHON de ALBUQUERQUE, J. A. *O Futuro do Brasil: a América Latina e o Fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAAS, R. N. “What to do With American Primacy?”, *Foreign Affairs*, v. 78, nº 5, 1999.

HASSNER, P.; VAÏSSE, J. *Washington et le Monde: dilemmes d’une superpuissance*. Paris: Autrement, 2000.

HUNTINGTON, S.P. “Why International Primacy Matters”. *International Security*, v. 17, n. 4, p. 68-83, Spring, 1993.

KHALILZAD, Z. M. *From Containment to Global Leadership? America and the World After the Cold War*. Santa Monica: RAND, 1995.

KRAUTHAMMER, C. “The Unipolar Moment”. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 1, p. 23-24, 1991.

KUPCHAN, C. A.; KUPCHAN, C. A. “Concerts, Collective Security, and the Future of Europe”, *International Security*, v. 16, nº 1, 1991.

KURTH, J. “America’s Grand Strategy: a Pattern of History”, *The National Interest*, nº 43, p. 3-19, 1996.

- LIPSET, S. M. *American Exceptionalism: a Double-Edged Sword*. New York: WW Norton, 1997.
- LIPSET, S. M. *The First New Nation: the United States in Historical and Comparative Perspective*. New York: Basic, 1963.
- McDOUGALL, W. *Promised Land, Crusader State: the American Encounter with the World since 1776*. New York: Houghton Mifflin, 1997.
- MEAD, W. R. *Special Providence: American Foreign Policy and How it Changed the World*. New York: Knopf, 2001.
- MURAVCHIK, J. *The Imperative of American Leadership: a Challenge to Neo-Isolationism*. Washington: AEL Press, 1996.
- NYE, J. *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. New York: Basic, 1990.
- OREN, M. B. (2002) *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. New York: Ballantine.
- PEÑA, C. V. (2003) Bush's National Security Strategy is a Misnomer. *Political Analysis*, n. 496, October 30th.
- SCHLESINGER, J. "New Instability, New Priorities". *Foreign Policy*, v. 85, p. 3-25, Winter, 1991.
- STARES, P. B. "After the Cold War: a Debate on Cooperative Security. A Report by the Institute for Defense and Disarmament Studies", *Boston Review*, v. 17, n° 6, 1992.
- TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- VAN ERA, S. "Why Europe Matters, Why the Third World Doesn't: America Grand Strategy After the Cold War", *Journal of Strategic Studies*, v. 13, n° 2, 1990.
- ZELIKOW, P. (2003) The Transformation of National Security: Five Redefinitions. *The National Interest*, n. 71, p. 17-28, Spring.